

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# Negociações identitárias de indígenas no urbano.

Daiane Amaral dos Santos.

Cita:

Daiane Amaral dos Santos (2009). *Negociações identitárias de indígenas no urbano*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2283>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# Negociações identitárias de indígenas no urbano

***Daiane Amaral dos Santos<sup>1</sup>***

No contexto brasileiro, quando nos referimos a povos originários estamos falando dos indígenas que habitaram toda a vastidão do território e hoje encontram-se em número reduzido, porém igualmente espalhados pelas regiões do Brasil o presente trabalho trata da etnia Kaingang. Pertencentes ao grupo Jê e historicamente organizado em metades clônicas – kamé e kaiurucré – os kaingang deslocaram-se até a região sul do Brasil em decorrência das pressões dos movimentos colonizadores. Fugindo das influências e mandos do branco ou na tentativa de resistir aos aldeamentos que os reduziam e os colocavam confinados em pequenos espaços, afim de melhor fiscalizar suas ações, os portugueses e padres jesuítas foram os grandes causadores desse movimento migratório do grupo. Segundo texto de Becker (1995) vemos que mais tarde, já na entrada do século XX e sob a tutela e “cuidados” do Serviço de Proteção ao Índio - SPI (que mais tarde veio a se transformar na atual FUNAI) os Kaingang que já encontravam-se no noroeste do Rio grande do Sul adotaram como seus territórios aos quais já estavam ligados e que foram transformados posteriormente em terras indígenas demarcadas para poder dar seguimento aos curso de suas vidas, desenvolvimento de atividades de subsistência e acomodação de suas famílias,

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria

afinal, estavam em meio a um processo que infelizmente não iria retroceder os possibilitar que voltassem ao local que habitavam antes.

Essa contextualização faz-se necessária para compreendermos como o grupo indígena estudado veio a se estabelecer na Reserva da Guarita, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul e posteriormente, por motivações diversas, passou a deslocar-se esporadicamente à cidade Santa Maria.

Santa Maria é uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, que possui aproximadamente 300 mil habitantes, em que a maior parte dos moradores economicamente ativos atua no setor do comércio e de serviços, sendo o comércio informal uma atividade bastante expressiva na cidade. O município dista cerca de 430 km da cidade de Tenente Portela, onde está localizada a Reserva da Guarita, local de origem dos índios kaingang com os quais se desenvolveu este trabalho.

Propor um estudo que envolva a questão indígena, antes de apontar para a história da catequese, da escravização, é falar da história do contato, mais precisamente, do contato interétnico, do qual surge o conhecimento a respeito do outro, mas também das formas de sujeição que este convívio traz. O entendimento de sua cultura, a nominação de tribos e a diferenciação entre elas não teria sido feita senão através do encontro entre o índio e o colonizador europeu, o missionário, o historiador, o antropólogo. Sabemos quem são os índios, onde estão ou estiveram, se foram subjugados, aldeados ou se mantêm sua autonomia, mediante o estabelecimento de uma relação - quase sempre conflituosa – destes com um Estado nacional, que geralmente está tentando incluir e integrar essa população sob o seu domínio.

Podemos interpretar o local de realização desta pesquisa – o Calçadão de Santa Maria, mais especificamente o reduto de comerciantes informais que se instalam sobre o viaduto Evandro Behr – como um *campo*, nos termos que expõe Bourdieu (1983). Segundo o autor, um *campo* pode ser definido como o local de ocorrência de jogos sociais, manifestados mediante as relações objetivas de interação entre os agentes sociais que circulam nesse meio e que têm o papel de agir de maneira previamente estabelecida e autorizada, de acordo com o lugar que ocupam nessa hierarquia de posições. Com isso, situamos nesta pesquisa, o grupo de indígenas, os demais comerciantes informais, os transeuntes, os policiais locais, como agentes de um mesmo campo, disputando um “poder social”, conferido pelo desempenho adequado do papel que lhe é atribuído e esperado.

Ao ingressarem na cidade, revelando como objetivo fazer o comércio de artesanato, os índios reivindicam uma identidade étnica que será declarada por meio de manifestações culturais que os diferenciem da população local e lhes confira ganhos. Quem define as manifestações que interessam ser acionadas como categorias identificadoras são os próprios membros, que irão determinar quais delas são consideradas significativas e que diagnosticarão o pertencimento étnico. Segundo Barth (2000, p.32), “quando os atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos”. Assim, é índio quem se considera e diz ser, mas é preciso “aprender a ser índio” dentro da sociedade do outro e se fazer enxergar como tal.

A situação dos índios que vêm a Santa Maria exemplifica perfeitamente o que Cardoso de Oliveira chamou de “fricção interétnica”, descrita como a situação de contato de duas sociedades com distinções étnicas. Em seu estudo sobre o contato dos Tükuna com a população regional, no Alto Solimões, o autor define que Chamamos “fricção interétnica” o contato entre grupos tribais e segmentos da sociedade brasileira, caracterizados por seus aspectos competitivos e, no mais das vezes, conflituosos, assumindo esse contato muitas vezes proporções totais, isto é, envolvendo toda a conduta tribal e não – tribal que passa a ser moldada pela situação de fricção interétnica (Cardoso de Oliveira, 1996, p.174).

Um outro ponto importante a ser analisado sobre o sistema interétnico, é a formação daquilo que Barth (2000) chamou de “fronteiras étnicas”. Este seria o ponto de encontro e interação das sociedades, justamente assinalado pelos sinais adscritivos e, segundo ele, tais fronteiras definem o grupo e não o conteúdo cultural delimitado de cada lado. Funciona como uma fronteira social, que só existe quando há o contato.

Em primeiro lugar, torna-se claro que as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, apesar de mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas. Em segundo lugar a relações sociais estáveis persistentes e freqüentemente vitais que não apenas atravessam essas fronteiras como também, muitas vezes, baseiam-se precisamente na existência de status étnicos dicotomizados (Barth, 2000, p.26).

Barth aponta para a necessidade de uma estrutura que opere no sentido da manutenção de tais fronteiras, ou seja, a existência de prescrições que regulem as situações de interação e proscricções que ajam de modo a evitar interações interétnicas que poderiam ocasionar redução das diferenças. Deseja assim, “uma estrutura de interação que permita a persistência de diferenças culturais” (ibidem, p.35) e logo, dos grupos étnicos. Este seria o modelo ideal de encontro, resta saber, se o caso analisado em Santa Maria conta com tais regulamentações, resposta essa, que não foi ainda encontrada. Para Barth, o que difere os grupos étnicos são os sinais diacríticos – ou adscritivos - que os caracterizam. Serão apenas acionados comportamentos e categorias que sejam importantes no momento e que, muitas vezes, no contexto local do grupo, não tem significação, ou mesmo, estejam no esquecimento, mas que passam a ser invocados em novas ressignificações.

A necessidade de entrar na sociedade “do branco” erguendo a bandeira do “ser índio”, foi apenas um dos artifícios utilizados por esse grupo para interagir com o outro de maneira satisfatória, de acordo os seus objetivos de interação econômica. Mais do que aprender a negociar com os consumidores de seus produtos foi necessário aprender a ocupar uma posição no cenário social, e mais do que ocupar uma posição, o sucesso dependeu do desempenho de um papel, da reivindicação do poder que lhe coube, entre os agentes que o cercavam. Em meio a uma sociedade “capitalista por natureza”, os índios precisaram negociar poder, espaço, mas especialmente as regras que já regiam um lugar, no qual eles eram os estrangeiros.

Assim, destaco aqui o papel das táticas e estratégias, que partiram justamente da reivindicação étnica e que garantiram uma situação de contato, o menos opressora possível. Não podemos falar aqui de uma opressão cultural, pois justamente o que está sendo valorizado é o artesanato, sinal diacrítico da sociedade indígena em questão. Tampouco podemos dizer que foi a população de Santa Maria, responsável pela transformação ideológica ocorrida entre os kaingang, pois estes procuram a cidade para vender e comprar. Eles negociam artesanatos, mas também “formas de ser”.

Trata-se aqui de reconhecer que a crítica corrente de que “os índios estão perdendo a identidade”, nada mais é do que uma transformação e ressignificação identitária, pela qual, invariavelmente todas as sociedades passaram e passam. Se observarmos o Estatuto do Índio, veremos que não só nas entrelinhas, mas explicitamente, fala-se do desenvolvimento do índio como sinônimo da integração a sociedade nacional e esta passa pela possibilidade de integração, não somente econômica, mas social e política.

Justamente para alcançar tal intento é que os indígenas lançam mão de formas de ocupação do espaço urbano, subversão a uma ordem do público e do privado, sem subverter, no entanto, a legalidade social, a qual é usada como meio para busca de subterfúgios, fazendo uma analogia ao que De Certeau (1994) chamou de artes de fazer. Compreendo que, ao seu modo, estes indivíduos estão lutando pela sua sobrevivência específica, articulando-se e negociando lugares, simbólica e territorialmente.

Esse grupo indígena que se dirige à Santa Maria e a relação deste com a produção, o comércio e consumo, tanto dos seus próprios artesanatos, quanto do comércio local de bens é outro ponto a ser pensado como local de encontro e conforto, discordância e submissão, na medida em que ingressa em uma esfera de domínio da sociedade nacional onde os indígenas por mais integrados que estejam, são apenas iniciantes nas “artes capitalistas”. Para tanto, busco referenciais como César Gordon (2006), em seu estudo sobre os Xikrin-Mebêngôkre, onde é revelada a idéia entre não-índios, de uma ilegitimidade da relação entre índios, mercado e consumo. Nas palavras do autor, quando se trata de mercadorias industrializadas “(...) os índios não podem querer tais coisas que lhes são estranhas e, se as querem, algo estranho lhes acomete” (p.37). Assim, aproximo a obra da realidade santa-mariense, onde se verifica a disseminação de um discurso de senso comum, que “acusa” os índios de serem consumistas e logo, “não serão mais índios”. Gordon afirma ainda que “há uma incapacidade de enxergar as relações dos índios com os objetos oriundos da sociedade industrial capitalista como um fenômeno autêntico” (p 37).

Catafesto de Souza (1998) faz uma importante reflexão sobre o lugar da cultura das “sociedades originais” (assim nominadas em seu trabalho as sociedades indígenas) na formação da cultura híbrida, chamando atenção para a assimetria da influência de ambas as culturas, já que a sociedade nacional, representando a norma, acaba por subjugar valores e caracteres das culturas originais. Isto nos leva a pensar outra contribuição do autor, aplicável ao caso de Santa Maria que é o debate sobre visibilidade ou invisibilidade cultural, no que diz respeito à manifestação e comportamento do grupo Kaingang. A maneira como se manifestam suas identidades étnicas ou mesmo a maneira como são vistos pela população santa-mariense e aceitam ou não essa “rotulação”, leva a identidade a estar mais ou menos latente.

Resgato os autores acima pra mencionar o complexo campo em que os kaingang que vêm Santa Maria adentram, por opção ou por ser a única saída. Embora não estejam na reivindicação de terras ou reconhecimento étnico, o grupo que dirige-se a cidade para a venda de seu artesanato precisa negociar, inclusive reclamando políticas públicas referentes à sua entrada em permanência.

Com a pesquisa etnográfica já encaminhada percebe-se uma situação onde estes indígenas são tolerados, e não aceitos de fato e onde são constantemente cobrados a incorporar uma identidade “tradicional”, beirando a caricatura para que sejam vistos como indígenas. A idéia da cultura como uma construção constante e processo dinâmico só cabe à sociedade ocidental não índia. Estas são as breves e iniciais reflexões feitas por essa pesquisa em andamento sobre a situação do encontro no contexto urbano, de uma população nacional com uma população indígena originária mas em constante reformulação de uma identidade que longe de estar perdida, está ressignificada e inovada a partir de um jogo feito pelo grupo com elementos próprios étnicos e elementos exteriores, mas não menos parte de suas vidas.

## BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Ítala Irene Basile. O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1995.
- BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Tradução: John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Pierre Bourdieu: Sociologia. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Ática, 1983.
- CATAFESTO DE SOUZA, José Otávio. Aos “fantasmas das brenhas”: Etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (RS). Tese de Doutorado, PPGAS/UFRGS. Porto Alegre, 1998.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A Sociologia do Brasil Indígena. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro: São Paulo, Editora da USP, 1972.
- Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- O índio e o mundo dos brancos. 4ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- GORDON, César. Economia Selvagem – Ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.